



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão Externa destinada a acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos do Ministério da Educação, bem como da apresentação do seu Planejamento Estratégico

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º _____, DE 2019

(Da Comissão Externa – Ministério da Educação)

Solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Educação sobre a utilização de recursos proveniente da recuperação de ativos em virtude da operação Lava Jato.

Senhor Presidente,

Tendo em vista a aprovação do Requerimento nº 53/2019, de autoria do Deputado Felipe Rigoni, em reunião deste Colegiado realizada em oito de outubro corrente, e com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 115, I, e 116 do Regimento Interno, solicito a Vossa Excelência seja encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação, Sr. Abraham Weintraub, o presente Requerimento solicitando informações no sentido de esclarecer esta Casa quanto à utilização de recursos provenientes da recuperação de ativos em virtude da operação Lava Jato, mais especificamente, que informe:

- 1) Em quais ações do MEC o montante total de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) será efetivamente investido.
- 2) Qual a porcentagem de recursos que serão aplicados diretamente pelo Ministério e que serão transferidos a estados e municípios.
- 3) Qual o prazo para início da utilização desses recursos e qual o cronograma físico-financeiro de aplicação desses valores.
- 4) Quais os resultados esperados com esses recursos.
- 5) Se o Ministério é favorável à utilização de parte desses recursos através de vouchers para que famílias matriculem seus filhos em creches privadas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão Externa destinada a acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos do Ministério da Educação, bem como da apresentação do seu Planejamento Estratégico

Apresentação: 09/10/2019 10:42

RIC n.1462/2019

JUSTIFICAÇÃO

Segue a justificação do autor do Requerimento nº 53/2019:

A Operação Lava Jato recuperou para a Petróleo Brasileiro S.A., popularmente conhecida como Petrobrás, ativos no importe de R\$ 2.600.000.000,00 (dois bilhões e seiscentos milhões de reais).

Desse valor, conforme acordo celebrado no gabinete do Ministro do STF Alexandre de Moraes e divulgado no *site* do próprio Tribunal, R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) serão destinados ao Ministério da Educação para ações relacionadas à educação infantil¹.

Ocorre que não foram prestadas informações acerca de quais ações serão contempladas por esses recursos e nem como eles serão efetivamente aplicados, especialmente no que tange à transferência para estados e municípios.

Também não foi apresentado um cronograma de utilização dos valores, ou mesmo um prazo para início da aplicação do referido montante. Outra questão que também precisa ser esclarecida é em relação aos resultados esperados pelo Ministério com a utilização desses recursos.

Além disso, questiona-se se esse Ministério tem o objetivo de utilizar essa verba para transferir a prestação do serviço público de educação infantil para a iniciativa privada por meio da utilização de vouchers.

Pelo exposto, segue o presente requerimento, para que o Sr. Ministro preste informações conforme requisitado.

Sala das Comissões, de outubro de 2019.

Deputada **TABATA AMARAL**
Coordenadora

¹ <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=422658>. Acessado em 07 de outubro de 2019.